

# **Interações entre os movimentos feministas e o Estado: uma abordagem a partir da obra de Nancy Fraser**

Beatriz Rodrigues Sanchez<sup>1</sup>

*Trabalho preparado para apresentação no VIII Seminário Discente de Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 7 a 11 de maio de 2018.*

## **Resumo**

Quais são os modos de interação entre os movimentos feministas e o Estado? Quais são as estratégias dos movimentos para que possam conquistar suas demandas a partir desta interação? Essas perguntas foram, em parte, respondidas pela teórica feminista estadunidense Nancy Fraser. Seu grande projeto intelectual e militante consiste em desvendar a maneira como cultura, política e economia se cruzam e criam obstáculos para a realização da justiça social. O livro *“Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis”* (2013) é uma prova disso. O livro é dividido em três partes: (1) Feminismo insurgente: radicalizando a crítica na era da social democracia; (2) Feminismo domado: da redistribuição ao reconhecimento na era da identidade; (3) Feminismo ressurgente? Confrontando a crise capitalista na era liberal. Levando em consideração essa narrativa em três atos, podemos formular a seguinte questão: é possível aplicar as análises de Fraser sobre as interações entre os movimentos feministas e o Estado ao caso brasileiro? Para responder essa pergunta, em primeiro lugar, desenvolveremos o argumento de Fraser sobre a relação entre os movimentos feministas e o Estado nesses três contextos históricos diferentes. Logo após, apresentaremos um breve histórico das relações entre os movimentos feministas e o Estado no Brasil. Em seguida, demonstraremos os limites da perspectiva de Fraser em analisar as especificidades do caso brasileiro. Por fim, apresentaremos algumas breves conclusões.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Mestra em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. É formada em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. É pesquisadora do Grupo de Estudos de Gênero e Política da Universidade de São Paulo e do Núcleo Democracia e Ação Coletiva do CEBRAP.

## Introdução

Quais são os modos de interação entre os movimentos feministas e o Estado? Quais são as estratégias dos movimentos para que possam conquistar suas demandas a partir desta interação? Essas perguntas foram, em parte, respondidas pela teórica feminista Nancy Fraser, uma das principais autoras da tradição da teoria crítica. Tendo como objeto de análise os movimentos feministas estadunidenses, a autora apresentou uma abordagem crítica desta relação e de como ela foi se transformando ao longo do tempo. Preocupada em apresentar diagnósticos sobre as possibilidades de emancipação das mulheres em determinados contextos históricos, a obra de Fraser abrange um conjunto amplo de temáticas.

Seu grande projeto intelectual e militante consiste em desvendar a maneira como cultura, política e economia se cruzam e criam obstáculos para a realização da justiça social. O livro *“Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis”* (2013) é uma prova disso. Trata-se de uma coletânea de textos da autora publicados entre 1985 e 2010. O livro é dividido em três partes:

1. Feminismo insurgente: radicalizando a crítica na era da social democracia
2. Feminismo domado: da redistribuição ao reconhecimento na era da identidade
3. Feminismo ressurgente? Confrontando a crise capitalista na era liberal

É no texto *“Feminism, capitalism and the cunning of history”*, localizado na terceira parte do livro e publicado originalmente em 2009, que a análise sobre as interações entre os movimentos feministas e o Estado está melhor estruturada. Portanto, esse texto será utilizado como base para o desenvolvimento do argumento de Fraser ao longo deste trabalho.

No prólogo do livro, Fraser afirma que a história da segunda onda do feminismo é um drama em três atos. Essa segunda onda do feminismo diz respeito ao período em que as mulheres brancas e de classe média entraram no mercado de trabalho<sup>2</sup>. É o período também em que o movimento feminista se mobilizou em torno da bandeira “o pessoal é político” e as mulheres passaram a reivindicar seus direitos reprodutivos. A primeira onda, por sua vez, é caracterizada normalmente como o período em que as mulheres

---

<sup>2</sup> Feministas negras criticaram essa classificação em ondas, já que ela não dá conta das experiências vividas por mulheres negras. As mulheres negras, por exemplo, já participavam da esfera pública antes da “segunda onda” do feminismo (DAVIS, 1983).

conquistaram seus direitos políticos e o sufrágio feminino. A terceira onda corresponde ao momento atual em que a ideia de uma essência feminina passa a ser criticada e outros eixos de opressão como raça, orientação sexual e classe começam a fazer parte das demandas dos movimentos.

No entanto, como veremos mais adiante, essa classificação dos movimentos feministas em três ondas apresenta limites, uma vez que não leva em consideração a complexidade e diversidade dos movimentos. Além disso, essa classificação parte de uma perspectiva estadunidense que não considera outros contextos históricos. A noção de ondas transmite também a ideia de difusão do movimento feminista, como se ele tivesse tido início nos EUA e depois se difundido para outros países. Como sabemos, a história dos movimentos feministas não ocorreu dessa maneira. No mesmo período em que no “norte global” as feministas reivindicavam direitos políticos, nos países do chamado “sul global” as mulheres também se organizavam, mas em torno de outras demandas. Por fim, a ideia de ondas está baseada numa perspectiva evolucionista, como se cada um dos momentos tivesse ocorrido isoladamente e não houvesse permanências no período seguinte. Por tudo isso, a classificação dos movimentos feministas em ondas tem sido bastante questionada.

Apesar dessas críticas, Fraser adota essa classificação em sua análise. De acordo com a autora, em um primeiro momento, o feminismo da segunda onda era uma força insurgente que desafiou a dominação masculina nas sociedades capitalista-estatais no pós-guerra. Nesse período, o movimento feminista se juntou a outras correntes radicais para explodir o imaginário social-democrata que ocultava as injustiças de gênero e a tecnicização da política. Como dito anteriormente, o lema “o pessoal é político”, ao romper as barreiras entre público e privado, revelou o profundo androcentrismo do capitalismo e teve como objetivo a transformação das raízes profundas da sociedade.

Em um segundo momento, Fraser argumenta que a energia utópica do movimento começa a declinar e o feminismo da segunda onda passa a ter como foco as políticas de identidade. Na perspectiva da autora, esse período pode ser caracterizado como “feminismo domado”. Os impulsos transformativos do primeiro período foram condensados em um novo imaginário político que ressaltava as diferenças. O movimento feminista deixou de lado as demandas por redistribuição material e passou a ter como principal objetivo o reconhecimento cultural. Como consequência, a atenção ficou voltada para políticas culturais e não para políticas macro-estruturais. Ao mesmo tempo,

o capitalismo declarava guerra à igualdade social. Essa conjunção de fatores foi denominada por Fraser como o vínculo perigoso entre feminismo e neoliberalismo.

Em um terceiro e mais recente momento, em um contexto de crise do capitalismo neoliberal, Fraser afirma que a reinvenção do radicalismo feminista poderia estar revivendo. O feminismo deveria se juntar a outras forças emancipadoras com o objetivo de submeter o mercado aos controles democráticos. A retomada do espírito insurgente e dos princípios iniciais do feminismo da segunda onda, ou seja, a crítica estrutural ao androcentrismo do capitalismo, a análise sistemática da dominação masculina e a revisão dos conceitos de democracia e justiça para que não ignorem as desigualdades de gênero, seriam possíveis. Contudo, análises mais recentes da autora, divulgadas após a publicação do livro, têm sido menos otimistas com relação ao ressurgimento do espírito insurgente dos movimentos feministas. Essa virada pessimista na obra de Fraser está relacionada com o cenário contemporâneo de fortalecimento de governos conservadores e autoritários, principalmente nos EUA e na Europa. Esses desdobramentos mais recentes da obra de Fraser serão abordados brevemente ao longo do trabalho.

Levando em consideração essa narrativa em três atos, podemos formular a seguinte questão: é possível aplicar as análises de Fraser sobre as interações entre os movimentos feministas e o Estado ao caso brasileiro? Para responder essa pergunta, em primeiro lugar, desenvolveremos de maneira mais aprofundada o argumento de Fraser sobre a relação entre os movimentos feministas e o Estado em três contextos históricos diferentes. Logo após, apresentaremos um breve histórico das relações entre os movimentos feministas e o Estado no Brasil. Em seguida, demonstraremos os limites da perspectiva de Fraser em analisar as especificidades do caso brasileiro. Por fim, apresentaremos algumas breves conclusões.

### **Interações entre os movimentos feministas e o estado na obra de Nancy Fraser**

Nessa sessão, apresentaremos a análise de Fraser sobre a relação entre os movimentos feministas e o Estado em três contextos históricos diferentes. Para Fraser, o feminismo da segunda onda foi melhor sucedido em mudar a cultura da sociedade do que as suas instituições. Isso quer dizer que a autora critica as políticas voltadas unicamente para a promoção do reconhecimento cultural, uma vez que elas acabaram ocultando a

existência de injustiças de redistribuição material e de representação política. Esse é o argumento de fundo que permeia toda a sua análise.

No texto “*Feminism, capitalism and the cunning of history*”, Fraser analisa três períodos histórico-econômicos dos EUA: estado de bem-estar social, neoliberalismo e crise do neoliberalismo. É interessante notar que a divisão dos períodos se baseia em uma perspectiva econômica, o que revela a influência do marxismo na obra da autora. Cada um desses períodos é caracterizado por quatro dimensões diferentes: economicismo, androcentrismo, estatismo e westifalianismo. A seguir, apresentaremos a descrição feita por Fraser para cada uma dessas dimensões.

**Economicismo:** foi a dimensão do capitalismo estatal organizado que implicava o uso do poder político público para regular os mercados econômicos. Nessa dimensão, as questões sociais eram entendidas em termos distributivos, ou seja, como questões relacionadas à alocação equitativa de recursos, principalmente de renda e trabalho. Como consequência, as divisões sociais eram vistas somente como divisões de classe. Assim, a injustiça social fundamental era a distribuição econômica desigual e a sua expressão era a desigualdade de classe. O efeito desse imaginário economicista e centrado na classe foi o de marginalizar outras dimensões da injustiça.

**Androcentrismo:** nessa dimensão, a cultura política do capitalismo estatal tinha como cidadão ideal o homem trabalhador branco. Havia o pressuposto de que o salário desse homem deveria ser o principal suporte econômico de sua família e o salário de sua esposa deveria ser apenas complementar. Esse ideal social serviu como base para a construção de políticas estatais no que diz respeito a emprego, bem-estar e desenvolvimento. Esse ideal também serviu para definir normas de gênero e disciplinar aqueles que não se enquadravam nelas. A cultura política do capitalismo estatal organizado ocultou a importância social do trabalho de cuidado não remunerado e do trabalho reprodutivo. Institucionalizando entendimentos androcêntricos sobre a família e o trabalho, o capitalismo estatal organizado naturalizou as injustiças de gênero e minou as possibilidades de contestação política.

**Estatismo:** nessa dimensão, o capitalismo estatal organizado dependia de profissionais especializados para desenhar as políticas e de organizações burocráticas para implementá-las. Além disso, o estado tratava cidadãos como clientes, consumidores e pagadores de taxas e não como cidadãos ativos. O resultado foi uma cultura despolitizada, que tratou

questões de justiça como assuntos técnicos a serem definidos a partir de cálculos matemáticos. Os cidadãos comuns eram posicionados como receptores passivos das políticas e não eram “empoderados”<sup>3</sup> para interpretar suas necessidades de modo democrático a partir da deliberação política e da contestação.

**Westfalianismo:** nessa quarta dimensão, o capitalismo estatal organizado era, por definição, uma formação nacional que tinha como objetivo mobilizar as capacidades dos estados nacionais para o desenvolvimento econômico. Essa formação tinha como base uma divisão do espaço político em fronteiras territoriais. A cultura política do capitalismo estatal organizado institucionalizou uma visão westfaliana<sup>4</sup> de que as obrigações da justiça se aplicavam apenas aos cidadãos nacionais. Essa visão restringiu as demandas de justiça às arenas políticas domésticas dos estados territoriais. O efeito foi o estreitamento do escopo da justiça, marginalizando as injustiças localizadas além das fronteiras do estado nacional.

Neste trabalho, como o objetivo é analisar a relação entre os movimentos feministas e o Estado a partir da obra de Nancy Fraser, iremos focar na dimensão do capitalismo estatal organizado denominada pela autora de “estatismo”. Essa dimensão é analisada em três momentos: estado de bem-estar social, neoliberalismo e crise do neoliberalismo. Em seguida, apresentaremos a análise de Fraser sobre o estatismo em cada um desses três momentos.

No contexto do estado de bem-estar social nos EUA, a maior parte das feministas não rejeitou as instituições estatais. Pelo contrário, elas pretenderam moldá-las de acordo com valores feministas e tiveram como objetivo a construção de um estado democrático e participativo que pudesse “empoderar” seus cidadãos e não os tratar como clientes ou consumidores. Elas reelaboraram a relação entre Estado e sociedade, transformando os cidadãos em participantes ativos no processo de interpretação das necessidades<sup>5</sup>. Portanto, o foco não estava em destruir as instituições do estado, mas em transformá-las em agências que pudessem promover e expressar a justiça de gênero. Nesse período, as

---

<sup>3</sup> Contemporaneamente, o uso da palavra “empoderamento” tem se tornado corriqueiro e vazio de significado, perdendo seu potencial crítico original. No entanto, como Fraser utiliza esse termo no texto, optamos por mantê-lo.

<sup>4</sup> O conceito de “westfalianismo” é derivado do Tratado de Westfalia, assinado em 1648 e considerado um marco na criação dos estados nacionais.

<sup>5</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre a ideia de interpretação das necessidades, verificar capítulo 2 (“*Struggle over needs: outline of a socialist-feminist critical theory of late-capitalist political cultural*”) do livro “*Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*” .

demandas por maior representação política nas instituições estatais eram centrais na agenda feminista.

No entanto, com o advento do neoliberalismo, a autonomia do Estado para promoção de políticas de bem-estar social foi reduzida. Ao mesmo tempo, parte das feministas apostaram suas fichas nas Organizações Não Governamentais (ONGs) que surgiram em diversos países ao redor do mundo para preencher o espaço que antes era ocupado pelo estado. De acordo com Fraser, é preciso reconhecer que essas organizações promoveram assistência de recursos materiais para populações que não podiam mais contar com serviços públicos. Entretanto, o efeito desse auxílio foi despolitizar os cidadãos e moldar a agenda de grupos locais tendo em vista o interesse de organizações internacionais que financiavam essas ONGs. O crescimento de políticas de micro-crédito é um exemplo desse fenômeno. Os valores feministas que antes defendiam o “empoderamento” e a participação de baixo para cima foram substituídos por políticas individuais de auto-ajuda. Assim, as políticas de micro-crédito se fortaleceram ao mesmo tempo em que os Estados abandonaram esforços macro-estruturais para combater a pobreza. Isso quer dizer que uma perspectiva que originalmente tinha como objetivo transformar o poder estatal em uma forma de conferir poder aos cidadãos e de promover justiça social acabou sendo utilizada para legitimar a mercantilização da vida e a redução do estado. As políticas de gênero que inicialmente continham um potencial transformador foram cooptadas pelo “novo espírito do capitalismo”<sup>6</sup>.

O terceiro período abordado por Fraser é o de crise do neoliberalismo. Para ela, esse é um momento de oportunidade para os movimentos feministas, já que nele seria possível lutar por uma nova organização do poder político e por uma democracia participativa radical. Com o fortalecimento do poder público, os mercados seriam domados tendo como base os interesses da justiça social e o princípio da igualdade de participação. Apesar do otimismo de Fraser em relação à crise do neoliberalismo, o que está acontecendo no mundo contemporâneo, com a ascensão de políticas e governos conservadores e autoritários, é muito diferente do que ela havia previsto. A democracia participativa radical idealizada por Fraser está cada vez mais distante do horizonte de possibilidades concretas das democracias contemporâneas.

---

<sup>6</sup> A ideia de “novo espírito do capitalismo” faz referência à análise feita por Boltanski e Chiapello no livro “*O novo espírito do capitalismo*” (2009).

Isso quer dizer que, nesse texto, Fraser não antecipou as saídas reacionárias para a crise do capitalismo, como os exemplos do Brexit e de Trump demonstram atualmente. Entretanto, em textos mais recentes, a autora tem analisado esse fenômeno. No texto “*A eleição de Donald Trump e o fim do neoliberalismo progressista*” (2017), por exemplo, Fraser aponta para uma outra direção, bem menos otimista, para a crise do neoliberalismo. O neoliberalismo progressista do período anterior, caracterizado pela combinação entre políticas econômicas liberais e reconhecimento identitário de grupos marginalizados, foi substituído pelo populismo reacionário de Trump que não considera nem as questões relacionadas à justiça no âmbito da cultura.

Como é possível perceber, o texto “*Feminism, capitalismo, and the cunning of history*” apresenta um diagnóstico do tempo atual, demonstrando a pretensão da autora de intervir no debate público. Essa é uma característica comum a outros textos de Fraser que tem se preocupado em apresentar análises críticas da realidade com o objetivo de desvendar as possibilidades de emancipação em determinado contexto histórico. Nesse texto, a autora argumenta também que a crítica economicista do capitalismo, ainda hoje feita por alguns autores da esquerda, não é suficiente para a análise das diversas formas de injustiça social. Seria preciso integrar a análise econômica à análise política e cultural da sociedade, considerando que essas dimensões não se restringem ao âmbito do território nacional.

### **Interações entre os movimentos feministas e o Estado no Brasil**

Nessa sessão, apresentaremos um breve histórico sobre as interações entre os movimentos feministas e o estado no Brasil. De acordo com a “história oficial”<sup>7</sup> do feminismo brasileiro, em um primeiro momento, o movimento feminista se parecia mais com um movimento social “de verdade”, ou seja, pretendia preservar sua autonomia e evitava ocupar espaços estatais (ALVAREZ, 2014). As ditaduras civis-militares que foram instaladas na América Latina dificultaram a penetração dos movimentos no estado e, conseqüentemente, estimularam o fortalecimento dos movimentos da sociedade civil (PINTO, 2003). Ao mesmo tempo, questões tidas como privadas se transformaram em

---

<sup>7</sup> Como “história oficial” do feminismo entendemos a narrativa consagrada das feministas “veteranas”, “históricas” ou “fundadoras”, como elas próprias se autodenominam (ALVAREZ, 2014).



assuntos públicos e o lema “o pessoal é político”, assim como ocorreu nos EUA, unia as feministas em torno de uma mesma causa.

A segunda geração da literatura feminista sobre as relações sócio-estatais trata da institucionalização do movimento. Em um contexto de pluralização da representação, em que espaços participativos ampliam as formas de representação para além da autorização eleitoral (GURZA LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006), as atrizes do movimento feminista passaram a ocupar posições estatais nas mais variadas instituições. Os coletivos feministas autônomos do momento anterior pareciam dar lugar a ONGs feministas especializadas e profissionalizadas que se transformaram em “instituições do movimento” (SOARES, 1998). Como afirma Pinto (1994), a participação e a representação deixaram de ter uma relação de polaridade.

Uma das interpretações mais recorrentes sobre este período é a da “confluência perversa” (DAGNINO, 2002). Essa “perversidade” surge da confluência entre as conquistas concretas que, no caso do gênero, levaram à incorporação de alguns elementos da agenda feminista por partidos, governos e instituições estatais, por um lado, e, por outro, o lugar cada vez mais visível ocupado pelas “questões de gênero” no contexto do neoliberalismo global. Nessa perspectiva, uma abordagem tecnocrática com “recorte de gênero” seria crucial para aumentar o “capital social” das mulheres, principalmente as pobres e não-brancas. Esse capital social feminino passou a ser visto como necessário para integrar as mulheres a um “desenvolvimento de mercado” mais eficiente, inspirando políticas voltadas para grupos ditos vulneráveis (ALVAREZ, 2014). Assim, as desigualdades que já existiam foram exacerbadas e explicitadas, uma vez que os setores “ONGuizados” dos movimentos feministas tornaram-se dominantes em detrimento de outros setores como, por exemplo, os movimentos de mulheres negras e os movimentos feministas anti-capitalistas (FARIA, 2006).

A terceira e atual geração da literatura feminista sobre as relações sócio-estatais trata do “retorno às ruas” dos movimentos feministas ao mesmo tempo em que as “femocratas” não deixaram de exercer diversas funções nas instituições estatais e as feministas continuam participando de instituições participativas. Posturas autodenominadas autonomistas, como as representadas pelas jovens feministas das

ocupações das escolas iniciadas no estado de São Paulo em 2016<sup>8</sup>, passam a conviver com perspectivas de feministas que defendem a necessidade de reivindicar direitos por dentro do Estado, como é o caso das recentes candidaturas feministas para os legislativos municipais<sup>9</sup>. Assim, é como se diversas gerações do movimento passassem a coexistir, o que faz com que repertórios de ação de natureza distinta convivam no mesmo espaço, nem sempre de maneira pacífica. A noção de “campo feminista” (ALVAREZ, 2014), no lugar da ideia de “movimentos feministas”, surge para dar conta desta pluralidade.

Em parte influenciadas pelo pensamento de Butler (2010), feministas deste terceiro momento criticam a defesa de identidades fixas e defendem que a mobilização deve ocorrer a partir de coalizões em torno de pautas específicas e não de categorias identitárias. Por outro lado, outras correntes mais próximas ao pensamento marxista e ao feminismo negro afirmam que a luta feminista deve levar em conta as condições estruturais de exclusão que se relacionam não somente ao gênero, mas também às discriminações raciais e de classe. Outra questão recente que é fonte de embates entre feministas diz respeito ao lugar das mulheres transexuais dentro do movimento. Feministas autodenominadas radicais entendem que o fato de ter órgãos sexuais femininos é determinante para a participação no movimento e, por isso, recebem críticas que as caracterizam como essencialistas. Outras feministas acreditam que o que determina o “ser mulher” não é a biologia, mas sim a sociabilização dos indivíduos e sua identidade de gênero, o que permitiria a participação de mulheres trans.

Dessa forma, no contexto contemporâneo brasileiro, os movimentos feministas são caracterizados tanto por posturas críticas ao Estado quanto por posições que defendem a institucionalização. Entretanto, é importante destacar que mesmo os movimentos que se consideram “autonomistas” podem exercer influência sobre o Legislativo, como ocorreu durante a tramitação do PL 5069 que dificultava o acesso ao aborto legal em casos de estupro. Nesse processo, os protestos feministas realizados por diversas organizações ao redor do país tiveram como efeito o arquivamento do projeto de lei.

---

<sup>8</sup> Sobre o papel das lideranças feministas nas ocupações das escolas em São Paulo e as novas formas de luta política ver artigo de Marsilea Gombata publicado na Carta Capital em 27/06/2016 “A luta política de cara nova”. (<http://www.cartacapital.com.br/revista/906/a-luta-politica-de-cara-nova>).

<sup>9</sup> Como exemplos de candidatas feministas eleitas em 2016 para os legislativos municipais podemos citar Juliana Cardoso e Sâmia Bonfim em São Paulo, Áurea Carolina em Belo Horizonte e Marielle Franco no Rio de Janeiro.

## **Limites da abordagem de Fraser para a análise do caso brasileiro**

A análise feita por Fraser sobre o estatismo em três contextos históricos diferentes converge em termos temporais com a análise feita por feministas latino-americanas que também identificaram três momentos diferentes da relação entre os movimentos feministas e o Estado. No entanto, enquanto os EUA passavam por um período de construção do estado de bem-estar social, os países na América Latina viviam ditaduras militares. Os outros dois períodos analisados, ou seja, o surgimento do neoliberalismo e, posteriormente, sua crise, foram compartilhados, considerando as especificidades locais, pelos EUA e pela América Latina.

É interessante notar a convergência entre a análise de Fraser e a de teóricas latino-americanas no que diz respeito à relação entre Estado e sociedade civil, principalmente no contexto de fortalecimento do neoliberalismo. O diagnóstico do “vínculo perigoso” entre feminismo e liberalismo apontado por Fraser possui um paralelo com a ideia de “confluência perversa” formulada por Dagnino (2002) que retrata a cooptação das pautas de gênero por organismos internacionais regidos por interesses neoliberais.

A chamada “ONGuização” do movimento feminista apontada por Fraser, que aconteceu conjuntamente com o fortalecimento do neoliberalismo, também foi criticada por feministas latino-americanas. Os movimentos feministas, em sua maioria, deixaram de se preocupar com as desigualdades macro-estruturais e passaram a ocupar o espaço vago deixado pelo estado com ONGs financiadas por organismos internacionais. Nesse momento, o potencial crítico dos movimentos feministas foi reduzido. Críticas às políticas de micro-crédito que partiam de uma perspectiva individualista para a superação das desigualdades também foram feitas por feministas na América Latina.

Contudo, um ponto de distanciamento entre a análise de Fraser e o diagnóstico feito por teóricas da América Latina está nas possibilidades de institucionalização dos movimentos feministas em um primeiro momento. Nos EUA, no contexto do estado de bem-estar social, as feministas viam com otimismo a construção de políticas estatais que estivessem preocupadas com questões de gênero. Por outro lado, no mesmo período, nos países latino-americanos, a institucionalização do movimento encontrava maior resistência, uma vez que as ditaduras militares tornaram as instituições estatais menos permeáveis aos interesses da sociedade civil. Isso significa que a análise ampla de Fraser, que tem como ponto de partida os EUA, acabou ocultando as especificidades regionais.

Na América Latina, no contexto das ditaduras militares, a relação entre Estado e sociedade era bem diferente, uma vez que as feministas possuíam uma visão mais crítica e autonomista em relação ao Estado.

Por fim, a análise feita por Fraser sobre a crise do neoliberalismo e a possibilidade de ressurgimento de um feminismo insurgente encontra alguns fundamentos com o contexto atual brasileiro. Ao mesmo tempo em que vivemos um período extremamente reacionário na política institucional<sup>10</sup>, vemos também o fortalecimento de movimentos feministas que atuam a partir de protestos de rua massivos, em uma perspectiva mais crítica ao Estado. Além disso, estamos presenciando a atuação política feminista, principalmente de mulheres jovens, através de meios digitais. Esses fenômenos podem estar apontando para o ressurgimento de um espírito mais crítico dos movimentos feministas, que articula análises sobre as injustiças econômicas, culturais e políticas da sociedade. Todavia, não é possível negar que vertentes do feminismo liberal focadas em uma visão individual e exclusivamente identitária de emancipação também têm se fortalecido contemporaneamente.

### **Breves conclusões**

Os modos de interação entre os movimentos feministas e o Estado variam de acordo com o contexto histórico e com a localização geográfica em que essa relação acontece. Isso quer dizer que é muito difícil teorizar de maneira ampla esse processo e apresentar ferramentas analíticas capazes de dar conta da imensa variedade de características tanto dos movimentos feministas nos diversos países quanto do Estado em cada local.

A análise de Fraser sobre a relação entre os movimentos feministas e o Estado é fundamental para desvendarmos as possibilidades de construção de uma justiça social que leve em consideração as desigualdades de gênero em suas dimensões econômica, cultural e política. Com o advento do neoliberalismo e sua posterior crise e, ao mesmo tempo, com o fortalecimento de vertentes do feminismo liberal, a conquista da emancipação social tem se tornado um objetivo cada vez mais distante. Concordando com Fraser, é

---

<sup>10</sup> Um exemplo que comprova o quanto estamos retrocedendo em termos de direito no âmbito da política institucional são as recentes investidas contra uma suposta “ideologia de gênero” que estão ocorrendo tanto nos poderes executivos quanto nos legislativos municipais, estaduais e federal.

preciso retomar o espírito insurgente e crítico do movimento feminista e apresentar um diagnóstico complexo das sociedades capitalistas contemporâneas. Nesse sentido, o conteúdo da justiça deve ser analisado de maneira complexa, de modo a superar visões economicistas ou culturalistas sobre as diversas formas de opressão. Atualmente, há indícios ao redor do mundo, com os protestos feministas massivos que têm ocorrido em diversos países<sup>11</sup>, de que esse espírito insurgente ainda está vivo.

Apesar de suas enormes contribuições, a análise de Fraser apresenta limites para a interpretação dos contextos latino-americanos e, mais especificamente, brasileiro. A peculiaridade da história de nossos países, que foram marcados por longos períodos de ditaduras militares, fez com que os modos de interação entre os movimentos feministas latino-americanos fossem, em um primeiro momento, muito mais críticos ao Estado, se comparados aos movimentos feministas estadunidenses. Por isso, é necessário considerar as especificidades históricas e geográficas das formas de interação entre os movimentos feministas e o Estado para evitarmos o ocultamento de determinadas experiências. Se tivermos isso em mente, a obra de Fraser pode render análises complexas e potencialmente críticas sobre a relação entre os movimentos feministas e o Estado no Brasil.

### **Referências bibliográficas**

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Cadernos Pagu, n°43, 2014.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (ed.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

---

<sup>11</sup> Protestos ocorridos ao redor do mundo contra a violência contra as mulheres como o “Ni una menos” na Argentina e a greve de mulheres ocorrida nesse ano na Espanha são exemplos da possibilidade de ressurgimento do feminismo insurgente.

- DAVIS, Angela. Women, race, and class. New York: Vintage Books, 1983.
- FARIA, Nalu. El Feminismo Latinoamericano y Caribeño: Perspectivas frente al Neoliberalismo. São Paulo, REMTE/Oxfam, 2006.
- FRASER, Nancy. Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis. London/New York: Verso, 2013.
- FRASER, Nancy. A eleição de Donald Trump e o fim do neoliberalismo progressista. Dissent Magazine, New York, 2017.
- GOMBATA, Marsílea. A luta política de cara nova: como junho de 2013 inspirou uma geração de ativistas. Reportagem publicada na Carta Capital em 27/06/2016 (<http://www.cartacapital.com.br/revista/906/a-luta-politica-de-cara-nova>).
- GURZA LAVALLE; Adrian Gurza; HOUTZAGER, Peter; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. São Paulo: Revista Lua Nova, nº67, 2006.
- PINTO, Céli. Mulher e política no Brasil: os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, N° Especial, 1994.
- PINTO, Céli. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SOARES, Vera. Feminismo e ONGs. In: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG (ed.). O Impacto Social do Trabalho das ONGs no Brasil. São Paulo, ABONG, 1998.